



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



ZILMAR DOS SANTOS

REDES PÚBLICAS DE COOPERAÇÃO

CURITIBA - PR

2011

ZILMAR DOS SANTOS



EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus Curitiba*.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Ana Cristina Macedo Magalhães.

CURITIBA - PR

2011



TERMO DE APROVAÇÃO

Redes Públicas de Cooperação

Por

Zilmar dos Santos

Esta monografia foi apresentada às h do dia **de** **de 2.011** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. Msc. Ana Cristina Macedo Magalhães
UTFPR – *Campus Curitiba*
(orientadora)

Prof. Msc. Jorge Carlos Correa Guerra
UTFPR – *Campus Curitiba*

Prof. MSc. Antonio Gonçalves de Oliveira
UTFPR – *Campus Curitiba*

Dedico esta Monografia primeiramente a Deus, e também a todos com quem compartilhei essa trajetória, as novas amizades conquistadas e a minha família.

AGRADECIMENTOS

As pessoas que possibilitaram que eu pudesse ao longo dos anos conquistar meu espaço, muitas barreiras foram transpostas e derrubadas, todas superadas com garra, dedicação, e apoio, da família, dos amigos, professores, enfim foram anjos colocados por Deus em meu caminho para que eu pudesse chegar ao final de todos os objetivos sonhados.

Ao longo do caminho passamos por inúmeras provações, muitas pessoas entraram em minha vida, e também saíram, mas com certeza deixaram algo de bom e espero ter deixado algo de bom nelas também.

Agradeço com carinho as tutoras Marcela e Olenir, que dedicaram parte de sua vida nesse processo de crescimento que tive durante o curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, pela UTFPR, vocês foram dez.

E finalizo agradecendo a DEUS, soberano e me proporciona a cada dia um novo amanhecer com esperança de que os sonhos serão realidade, e me dá forças para empreender e vencer sempre...

RESUMO

SANTOS, Zilmar dos. Redes Públicas de Cooperação. 2011. 30 f. Monografia Especialização em Gestão Pública Municipal – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

As Redes Públicas de Cooperação tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida de muitas comunidades, sejam pela prestação de serviços ou pela ajuda material que algumas redes fazem, essa parceria entre o setor público e demais setores organizados da sociedade, como associações, clubes de serviços, sindicatos, ONGs, etc., possibilita que a Gestão Pública Municipal, atenda com mais eficiência as comunidades, e também possibilita que os cidadãos conheçam melhor as ações dos gestores públicos. Todo o envolvimento que ocorre quando se formam as redes, é a força que faz com elas funcionem, para que elas existam ter que haver a cooperação entre os indivíduos, as mudanças só ocorrem se passar pelas pessoas, pois são elas as transformadoras e disseminadoras das ações, a gestão pública municipal, tem nas redes públicas uma aliada para desenvolver suas atividades, as redes de cooperação demonstra que os indivíduos querem participar da vida de suas comunidades, elas estão dispostas a transformar a realidade, muitas são as formas de cooperação, são trabalhos de cunho social, nas áreas de educação, cidadania, trabalhos de conscientização, ambiental, como se percebe os atores envolvidos estão sempre fazendo algo em benefício do outro, a solidariedade, o desejo de ser parte da mudança, faz com que as redes de cooperação trabalhe a favor de todos, o gestor público busca na relação estabelecida de parcerias e aliado a experiências passadas implementar as políticas públicas que visem ao desenvolvimento, as formas de cooperação se formam na campo social, Estado e políticas públicas e no campo produção e circulação, ser parte das redes gera nos cidadãos mais comprometimento e assim façam a diferença no meio em que atuam, seja nas empresas, na comunidade, no meio social e dentro dos setores públicos. A formação das redes públicas de cooperação não transfere responsabilidades, de um setor para o outro, mas promove a união de forças que juntas promovem o desenvolvimento e formação de cidadãos conscientes.

Palavras-chave: Gestão Pública Municipal, Redes de Cooperação, Setores Organizados da Sociedade.

ABSTRACT

SANTOS, Zilmar dos. Public networks of cooperation. 2011.30 f. Monograph expertise in Municipal public administration – Federal Technological University of Paraná, Curitiba, 2011.

The public networks of Cooperation has contributed to the improvement of the quality of life of many communities, are by the provision of services or material aid that some networks do, this partnership between the public sector and other organized sectors of society, such as service clubs, associations, unions, Ngos, etc., allows the Municipal public administration, meet more effectively the communities, and also enables the citizens to know better the actions of public managers. The entire engagement that occurs when form networks, is the force that makes them work, so that they are having to be cooperation between individuals, the changes only occur if pass by people, because they are the manufacturing and disseminadoras the actions, the municipal public administration, public networks has an ally to develop its activities cooperation networks demonstrates that individuals want to participate in the life of their communities, they are willing to transform reality, many are the forms of cooperation, are social work, in the areas of education, work, citizenship, environmental awareness, as they realize the actors involved are always doing something for the benefit of another, the solidarity, the desire to be part of the change, causes the cooperation networks work for all, the public Manager search relationship established partnerships and ally to past experiences to implement public policies aimed at the development, the forms of cooperation are formed in the social field, State and public policies and in field production and circulation be part of networks generates more citizens and compromise so make a difference in the middle in that Act, whether on business in the community, in the social environment and within the public sector. The formation of public networks of cooperation does not transfer responsibilities, one sector to another, but promotes the Union of forces that together promote the development and formation of conscious citizens.

Keywords: Public Management, Municipal cooperation networks, Organized Sectors of society.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Tema	9
1.2 Problema.....	9
1.3 Justificativa.....	10
1.4 Objetivos.....	10
1.5 Metodologia.....	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Gestão Pública Municipal.....	12
2.2 Redes de Cooperação.....	14
2.3 Setores Organizados da Sociedade	18
3. METODOLOGIA.....	20
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	21
4.1 Descrever as redes de Cooperação	21
4.2 Possibilidades de Cooperação	22
4.3 Projetos de Cooperação	23
4.4 Discutir as Redes Públicas de Cooperação.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema

A expressão cooperar traz em si inúmeros significados, a ajuda mútua entre vizinhos, amigos, colegas de trabalho, são ações que nascem da cooperação, e na Gestão Pública essa expressão vem se fortalecendo e mudando a realidade atual, sejam no âmbito das comunidades que necessitam de ajuda material, sejam em trabalhos de conscientização, as redes se formam e crescem a cada dia.

As Redes Públicas de Cooperação são as parcerias entre os setores organizados da sociedade e o setor público, integrando ações que visa à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a cooperação transforma as pessoas através de suas ações, a busca pela melhoria constante, traduz na força das redes de cooperação o trabalho desenvolvido e que tem o respaldo de ambos os setores, seja o poder público seja os setores organizados da sociedade.

Cooperar é a possibilidade de poder ajudar e ser ajudado, são inúmeras as formas de estabelecer as redes de cooperação, e a cada dia nascem cooperativas, clubes, ONGS, enfim nascem os disseminadores da cooperação que em conjunto com a gestão pública municipal desenvolvem trabalhos que afetam direta e indiretamente a vida de cada cidadão.

1.2 Problema

As formas das redes de cooperação se estabelecer, dentro de empresas, com iniciativas de seu quadro de funcionários, ou de medidas da própria diretoria da empresa, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do seu quadro e do meio social onde a empresa está inserida, são ações que afetam a todos de forma que cada cidadão recebe as ações dessa rede, os objetivos alcançam o nível esperado.

Empresas criam dentro de programas de qualidade que antes eram para melhoria interna da empresa no sentido de aumento de produtividade, e do clima organizacional, hoje estão sendo levados para fora das empresas com características que busca a cooperação local em benefício da comunidade onde a empresa atua e até mesmo além dela.

A cooperação entre os setores organizados da sociedade e o setor público pode ter como consequência a transferência para o setor privado e a sociedade civil, das ações de responsabilidade do poder público, mas as contribuições das redes são altamente positivas para desenvolvimento local e coloca a gestão pública em evidência no que concerne ao seu papel de gerir os recursos públicos para prestação de serviços de qualidade e estando presente no dia a dia dos cidadãos.

1.3 Justificativa

As redes públicas de cooperação contribuem para a execução de ações que promove o desenvolvimento de cidades e regiões, ações estas que sozinha a gestão pública municipal não conseguiria realizar, a cooperação das redes acelera esse processo, e também possibilita o acesso de forma mais transparente do cidadão comum no meio desse processo, as redes de cooperação faz um elo entre setor público e setores organizados da sociedade promovendo ganhos efetivos para toda a comunidade.

A compreensão da existência das redes públicas, e a distinção das responsabilidades de cada setor, são fundamentais para que não ocorra à transferência de responsabilidades, ao longo do tempo, as redes públicas de cooperação têm demonstrado eficiência na condução de atividades através das parcerias que se estabelecem. A maneira como funcionam as redes demonstram a sua importância no contexto social.

A realização do presente trabalho foi por compreender que as redes fazem parte de nosso cotidiano, e pela experiência vivida em clubes de serviços, com realização de inúmeros trabalhos a comunidade, foi que motivou essa monografia, as redes estão inseridas em nossa vida e fazemos parte dela.

1.4 Objetivos

O presente estudo tem como objetivo geral discutir as possibilidades de cooperação entre a gestão municipal e os setores organizados da sociedade.

Os objetivos específicos são:

Descrever as redes públicas de cooperação, como elas funcionam nos municípios em que atuam.

Relatar as diferentes formas de redes públicas de cooperação, descrever as redes públicas de cooperação e como elas funcionam.

1.5 Metodologia

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica a qual segundo Gil (2010, p.29), “[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos e bem como a internet”. Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram utilizados livros, artigos, sites da internet.

Os procedimentos metodológicos utilizados para apoiar este estudo foram à pesquisa exploratória e qualitativa. De acordo com Gil (2010) “[...] a pesquisa exploratória têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

No primeiro capítulo temos a introdução, com destaque para o tema, problemas, justificativa, os objetivos, metodologia, para a realização dos estudos.

No capítulo dois será tratada a fundamentação teórica que foi a base para a realização dos estudos, as idéias de vários autores que escreveram sobre o tema redes públicas de cooperação, definições de Gestão Pública Municipal, Redes de Cooperação, e Setores Organizados da Sociedade.

No capítulo três é abordada a metodologia de pesquisa, onde descreve idéias de vários autores que escreveram sobre o tema.

No capítulo quatro é apresentada e discussão dos resultados levantados, abordando as formas de cooperação existentes, projetos de cooperação, possibilidades de cooperação.

No capítulo cinco das considerações finais, são abordados os resultados obtidos através das pesquisas e levantamentos bibliográficos, com a conclusão dos trabalhos, possibilitando uma visão das redes públicas de cooperação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão Pública Municipal

Saldanha (2006) traduz de forma clara qual objetivo da gestão pública:

Os fins da gestão pública resume-se em um único objetivo: o bem comum da coletividade administrada. Toda atividade do gestor público deve ser orientada para esse objetivo. Se dele o gestor se afasta ou se desvia, trai o mandato de que está investido, porque a comunidade não instituiu a gestão senão como meio de atingir o bem-estar social. (SALDANHA, 2006, p. 13).

Conforme Leite e Rezende (2010), em seu artigo eles demonstram “a busca para a transposição desses desafios, surgiram, na administração pública, a aplicação de modelos de gestão da iniciativa privada e, também, a utilização de novas tecnologias na transformação e na modernização da gestão pública, inclusive municipal.” A gestão pública vem se transformando, com iniciativas dos gestores que buscam mais informações e estão se atualizando para poder cumprir o seu papel de gestor público e assim corresponder as expectativas dos cidadãos.

Saldanha (2006, p. 6), aborda que [...] “está longe de esgotar o debate sobre as formas de atuação do Estado e a gestão das organizações públicas, o que se denota em alguns conteúdos da reforma é a saída do Estado da condição de provedor de produtos e/ou serviços para a posição de regulador.” A busca por melhores produtos e ou serviços, faz com que a cada dia a gestão ganhe contornos que faz com que o Estado delega algumas funções para outros setores, porém mantendo sob seu poder o controle dessas ações.

A gestão pública municipal vem desenhando um novo cenário nas últimas décadas, e muitos paradigmas se quebra, a mudança é inevitável, conforme aborda Chiavenato (1998, p. 24) “mudança representa transformação, perturbação, interrupção, fratura. A mudança está em toda parte, nas organizações, nas cidades, nos hábitos das pessoas, nos produtos e nos serviços, no tempo e no clima, no dia-a-dia.”

Toda mudança exige sempre uma nova maneira de pensar e se comportar, ela rompe os tradicionais padrões e tem que assumir riscos, para que ela aconteça.

Para Vergara e Corrêa (2004, p. 25), “o Brasil possui características das três sociedades: agrícola, industrial e da informação. É fácil perceber tais características ao fazer-se uma viagem virtual ou real a seus municípios.” O que demonstra certa complexidade na gestão municipal, estadual e federal.

Kanaane (2010), diz que:

A gestão eficiente decorre do conhecimento pleno da função do agente público enquanto legítimo representante do Estado, para atuar no interesse público. Ao gestor da coisa pública não é permitido criar situações, mas aplicar de forma adequada e balizada a lei, para alcançar o objetivo único da administração pública: “O bem estar do cidadão”. [...] A gestão, para ser eficiente, tem que servir de modelo para a comunidade. Quando o cidadão lida, diariamente, com denúncias de corrupção, a falta de uma resposta eficiente por todos os segmentos sociais e a impunidade, resta o questionamento: “foram obedecidos os preceitos constitucionais?”. (KANAANE, 2010, p. 30).

O que evidencia acima, é que a gestão pública tem que prestar serviços com qualidade, ela tem que resolver os problemas dos cidadãos no que compete a sua alçada, a busca constante para o bem estar de todos é algo que deve ser perseguido pelos gestores públicos, a transparência, a divulgação das informações, enfim deve-se existir uma ligação de fato entre a gestão pública e os cidadãos que elegerem seus representantes.

A gestão pública municipal tem passado por transformações, mudanças que vem de encontro com os anseios dos cidadãos, conforme Martins e Magalhães (1999, p. 53), “A mudança ocorre, queiramos ou não. São tantos os fatores que levam a mudança que sua ocorrência passa a ser uma das poucas certeza em nossa vida e por analogia na vida das organizações.”

Os gestores públicos devem ser os primeiros a querer a mudança de forma a levar às comunidades as soluções dos problemas, a gestão pública municipal vem mudando e cada vez mais os cidadãos fazem parte dessas mudanças, são as redes que se formam para agilizar e levar mais próximo das comunidades as informações e serviços para todos, através de parceiras conforme veremos na seqüência desse trabalho.

As transformações pelas quais passam o estado e a sociedade, como consequência das mudanças ocorridas com o processo de modernização, caracterizam-se pela crescente diferenciação do tecido social, o que colocou novas necessidades em relação ao processo de coordenação social, e faz com os gestores públicos tenham que estar cada vez mais atualizados, e em contato com os cidadãos para resolver os problemas com soluções que façam a diferença na vida da cidade.

O grande acesso e a disponibilização das informações no setor público faz com que haja um maior controle nas ações dos atores, e atacam os pilares da corrupção, e falta de atenção dos gestões públicos aos cidadãos, a gestão pública sofre com atos de corrupção, o que acarreta descrédito na administração, com o aumento da transparência, aumentam também as questões de controle social, e isso tem reflexos positivos nas administração, pois

os gestores são responsabilizados pelos seus atos, e torna as ações cada vez mais voltadas aos cidadãos e tem cada vez mais gestores comprometidos com os cidadãos.

Com controle social, e a agilidade das informações que chega aos cidadãos a possibilidade de implementação de políticas públicas e ajustes são maiores o que torna as ações mais ágeis alcançando os objetivos que todos desejam que é a solução dos problemas para o bem estar de todos.

Conforme informações do site portal da transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/>), o controle social pode ser feito por qualquer cidadão ou grupo de pessoas.

Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal). (<http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/>).

Os gestores no exercício da atividade pública têm responsabilidade de desenvolver as organizações, possibilitando aos envolvidos um verdadeiro sentimento de participação social e cidadã, no decorrer de sua gestão.

2.2 Redes de Cooperação

Conforme conceitua Malmegrin (2010, p. 16), “todo serviço que venha a ser prestado à coletividade configura serviço público, não importando se é executado diretamente pelo Estado ou por sua delegação, ou por particular.”

Malmegrin (2010, p. 25), ainda destaca que “o desenvolvimento local, em uma abordagem inicial, pode ser definido como um processo interno registrado em pequenas unidades territoriais e em agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e melhoria de qualidade de vida da população.”

As parcerias realizam sonhos, no cenário da gestão pública municipal, Kanaane (2010, p. 175) “Fundações, organizações governamentais e não-governamentais, cooperativas e

entidades voluntárias, como a Comunidade Solidária, constituíram-se em sólidos exemplos de parcerias que efetivamente realizam sonhos.”

Conforme site do Planalto,

A Comunidade Solidária é um novo modo de enfrentar pobreza e a exclusão social no Brasil buscando a participação de todos. O seu objetivo é mobilizar os esforços disponíveis no governo e na sociedade para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais pobres da população.

Somando esforços, governo e sociedade são capazes de gerar recursos humanos, técnicos e financeiros para agir eficientemente no combate à pobreza. Por isso, a proposta da Comunidade Solidária baseia-se no princípio da parceria. Parceria do governo federal com os estados e municípios, realizada pela **Secretaria Executiva**, parceria das ações governamentais com as iniciativas geradas pela sociedade civil, uma atribuição do **Conselho Consultivo**.

A Comunidade Solidária é parte importante, mas apenas uma parte, de um conjunto mais amplo de ações do governo e da sociedade para melhorar as condições de vida da população. (PLANALTO, ONLINE).

As redes é o conjunto de pessoas, recursos, enfim, conforme Teixeira (2007, p.27) “se as redes são formadas por atores, recursos, percepções e regras, estes são elementos-chave a serem considerados não apenas na análise dessas redes, como também na sua gestão”. Nesse conjunto todos são responsáveis para que tudo seja realizado de forma eficiente e cumprindo os objetivos estabelecidos.

As redes é uma ligação entre setores e pessoas, as redes interorganizacionais, é a organização de empresas e pessoas, com os mesmos objetivos, e tem uma dinâmica no seu desempenho, e existe muita conexão entre os atores, já as redes sociais têm uma abrangência maior, essas redes congregam os indivíduos e as organizações, seus valores, seus interesses e objetivos. A rede interorganizacional pode ser considerada como tipo de rede social, assumindo caráter socio-técnico e operacional. Os elementos fundamentais desse tipo de rede são os atores e as relações que se estabelecem entre eles.

Moura (1998), em seu artigo faz uma abordagem de redes,

A abordagem de redes, como expressão dos novos arranjos interorganizacionais que emergem na atualidade, indica o incremento dos processos de interdependência entre atores e organizações e, particularmente, entre agentes públicos e privados. Ao mesmo tempo, identifica-se nessa emergência certo esgotamento da capacidade de integração e de coesão social das instituições representativas tradicionais e da eficácia das organizações burocráticas e do modelo de planejamento global e centralizado. Mesmo com as diferenças, é possível identificar pontos comuns nas diversas definições sobre essas redes. Expressam um tipo de articulação que envolve uma pluralidade de atores, sejam eles da mesma ou de distintas esferas de Governo, empresas de porte e atividades diversas, ONGs, organizações populares, de categorias profissionais e/ou de outra natureza. (MOURA, 1998, p. 69)

O que evidencia com a descrição acima é que as redes compreendem articulações menos hierárquicas e estruturadas, focadas nos problemas e projetos de forma delimitada, através das relações entre os setores destacando as idéias de cooperação, mobilização de recursos, de solidariedade, de confiança.

Conforme descrito por Souza (2009) os atores passam a fazer parte no cenário de decisão na gestão pública,

a inserção de novos atores ao processo decisório local assume formatos diferenciados. Existem experiências nas quais prevalecem formas mais restritas de participação, que se resumem a dar voz aos cidadãos, enquanto em outras a participação torna-se um mecanismo de empoderamento que visa promover mudanças na assimetria de poder entre atores sociais locais. Esse último formato visa, via ação coletiva, diminuir desigualdades políticas e sociais. (SOUZA, 2009, P. 38).

Os atores são os que fazem a rede de cooperação tomar corpo e provocar as mudanças no seu contexto, tudo como forma de tornar a ação mais efetiva e concreta na vida dos cidadãos.

No entanto, conforme Teixeira (2002, p. 2) “a gestão de redes, está longe de ser algo simples, o que tem implicado, muitas vezes, no fracasso de programas e projetos sociais, apesar das boas intenções dos atores envolvidos.”

Teixeira (2002), em seu artigo completa que para criar e manter uma estrutura de redes existe algumas regras administrativas fundamentais, que estão no processo de negociação e geração de consensos, estabelecimento das regras de atuação, distribuição de recursos e interação, criação de mecanismos e processos coletivos de decisão, prioridades e acompanhamento.

As redes públicas de cooperação têm um papel fundamental para os gestores municipais na atualidade, e com passar do tempo mais redes vão surgindo, o que conseqüentemente necessita de mais atores envolvidos, atores estes que são cidadãos comuns que querem promover mudanças nas comunidades onde vivem.

Cardoso et al (2002), aborda,

As redes se caracterizam pela existência de relações de longo prazo entre seus integrantes. Em uma ‘rede’, o conjunto de organizações que a integra desempenha uma série de funções como se fosse um ente organizacional único (uma ‘quase-empresa’), ao mesmo tempo em que é preservada a independência formal dos integrantes. Nesse quadro, acentuam-se as relações

de dependência; isto é, acentuam-se as interligações entre as organizações. (CARDOSO ET AL, 2002, p. 8)

A gestão pública municipal tem visto nas redes uma aliada para resolver problemas de todos os gêneros, que sozinho seria quase impossível, ou que levaria mais tempo para solucionar se tivessem que fazer a colaboração das redes, e através das parcerias com setores organizados da sociedade as transformações ocorrem a cada dia e os resultados são satisfatórios, como veremos na seqüência do trabalho os setores organizados da sociedade, sejam empresas privadas, ONGS, associações de classe, clubes de serviços, sindicatos, enfim, uma gama infinita de atores que promovem a mudança.

Para Malmegrin (2010, p. 74), “toda rede é articulada em função de um objetivo comum, ou seja, para cooperar. Os atores e as organizações buscam articular parceria em número e qualidade capazes de realizar esse objetivo.”

Para Teixeira (2007, p.9), apesar da diversidade dos objetivos das redes, pelos atores envolvidos, e também dos recursos, em todos os projetos de cooperação encontramos elementos comuns, no estabelecimento dos desafios e controle gerencial que viabilizem os projetos e os objetivos, e isso envolve toda as questões da comunidade, que no envolvimento demonstra comprometimento, e faz com as ações fluam e todos cresçam com os resultados alcançados.

A imposição de novos modelos de gestão que vem transformando a realidade social do país, a globalização, abertura de mercado, enfim tudo contribui para que as redes se formem, o estabelecimento de parcerias fortalece a comunidade, o Estado tem encontrado nas redes de cooperação os meios para resolver os problemas, as redes vem demonstrando ser uma forte aliada para os gestores públicos, desde que estes saibam como utilizá-las.

As dificuldades encontradas, as mudanças ocorridas, desde a década de 1980 o país se transforma, as redes públicas de cooperação, não é a solução de todos os problemas sociais, ambientais, entre outros, existem barreiras, para que uma rede funcione os atores devem estar em sintonia, e isso algumas vezes não acontece, e provoca o fracasso, e os projetos não avançam, seja por questões pessoais, financeiras, em principalmente pela falta de sintonia entre os atores envolvidos.

A criação e estruturação na gestão das redes impõem grandes desafios administrativos, que envolve inúmeros fatores, como negociação, tomada de decisões, enfim são obstáculos

que todos devem estar cientes que enfrentarão no decorrer das atividades a ser desenvolvidas pelas redes de cooperação.

2.3 Setores Organizados da Sociedade

Gadotti (2004) define os setores organizados da sociedade da seguinte forma:

Quando falamos em movimento social vem logo à mente a idéia dos chamados "setores organizados" da sociedade por lutas específicas: terra, moradia, saúde, transporte, segurança, educação, etc. Mas a grande massa da população não está organizada em movimentos como sindicatos e partidos. Ela está organizada na informalidade ou em clubes, igrejas, pequenas associações, etc. Por isso precisamos alargar o conceito de "organização social", de "movimento social", permitindo a inclusão na interlocução, na caminhada democrática, dessa grande massa de pessoas que, em geral, não têm voz na sociedade. Precisamos ainda reconhecer que existem muitas contradições no seio dos movimentos sociais. No mundo religioso, por exemplo, existem movimentos libertários ao lado de movimentos reacionários. (GADOTTI, 2004, p. 1).

As organizações ocupam a cada dia um papel importante no contexto social, a criação das parcerias, na promoção de ações que visem o desenvolvimento local, Spers (2009, p. 34), “o desempenho organizacional está vinculado à capacidade de compreender como realizar as ações de maneira eficaz, eficiente e com efetividade.”

O que possibilita um olhar para as organizações como um sistema político ajuda a aceitar a realidade política como um aspecto inevitável da vida organizacional, e busca o reconhecimento do seu papel construtivo na criação da ordem social. (SPERS, 2009).

Observa-se uma tendência para a crescente interdependência funcional entre atores públicos e privados na consecução de uma política, os cidadãos se mobilizam através dos setores organizados e apenas por meio das redes de políticas pode-se garantir a mobilização dos recursos dispersos e dar uma resposta eficaz aos problemas de políticas públicas, os setores se organizam com objetivo comum, que busca a realização de projetos que envolvem a participação de todos os atores da rede. (TEIXEIRA, 2002).

Malmegrim (2010), dá uma noção de setores organizados, vem ao longo dos anos transformando o quadro da gestão pública, conforme descrição que segue:

Ao longo dos anos de 1990, o conceito de cidadania passou a relacionar diretamente a idéia de participação civil e de responsabilidade social dos cidadãos em arenas públicas, via parcerias entre Governo e a sociedade civil, não apenas no desenvolvimento das políticas sociais, mas na prestação de serviços públicos de natureza social. (MALMEGRIM, 2010, P. 95).

A participação em redes de cooperação pode estimular e reforçar atitudes inovadoras nas empresas uma vez que os atores possuem um conjunto mais alargado de informação e conhecimento e enfrentam uma maior diversidade circunstancial. No campo estratégico, a cooperação deve ser entendida como uma atividade permanente e faz parte dos processos operacionais e de tomada de decisão das empresas envolvidas nas redes, são os setores organizados atuando e criando novos cenários na vida dos cidadãos (ALVES et al, 2004).

A sociedade civil vem ao longo do tempo interligando-se para resolver problemas que o poder público não está conseguindo resolver de forma eficiente e rápida, como resposta aos anseios dos cidadãos, e conforme Tenório (2009, p. 11), “num espaço de tempo muito curto, o mundo se viu diante de problemas globais, cujas soluções agora dependem da capacidade de articulação de um espectro mais amplo de agentes sociais. [...] é a crescente intervenção da sociedade civil.”

O desafio da gestão dos setores organizados, na busca de soluções, conforme comenta Tenório (2009),

Entende-se a importância da administração quando se compreende porque os homens se associam para atingir objetivos comuns. A história da vida humana é marcada pelo esforço de conquistar a natureza e criar condições de sobrevivência e conforto. No momento em que os indivíduos perceberam que associação com os demais facilita a realização de certos esforços e que determinados objetivos não podiam ser atingidos por um único indivíduo, teve o início a vida na organização. (TENÓRIO, 2009, p. 17).

Muitas ações são desenvolvidas pelos setores organizados da sociedade civil em parceria com gestão pública, demonstrando o envolvimento e a abertura desses canais que possibilitam o acesso do cidadão nas decisões e fomentação de políticas públicas que vise ao bem estar de toda a sociedade, conforme Martins e Pieranti (2006, p. 244) “o último relatório da ONU definiu governança local como: “a soma das formas pelas quais os indivíduos e instituições (públicas e privadas) planejam e gerenciam seus assuntos comuns.” Em todo o mundo as redes fazem parte do dia-a-dia das comunidades, no Brasil elas ganham força a cada passo, e colaboram com o desenvolvimento do País, os setores se organizam e as redes crescem.

3. METODOLOGIA

O estudo das redes públicas de cooperação foi realizado através de pesquisa bibliográfica sobre a existência de redes no município de Campo Mourão, e outras localidades, buscando apresentar essas redes públicas de cooperação no tópico 4 e de que forma elas interferem na vida dos cidadãos.

Através de pesquisa em livros, jornais, sites da internet, artigos, e em uma empresa de Campo Mourão, houve uma coleta de informações sobre a participação dos funcionários com atividades voltadas para o bem estar comum, as informações coletadas foram de forma verbal, não tendo material escrito.

Conforme conceitua Gil (2010, p. 29), “praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica. Por isso temos essa abordagem no trabalho, de forma que possamos estar desenvolvendo cada capítulo através de pesquisa.

Para Gil (2010), a maioria das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, num primeiro momento tem caráter exploratório.

Zanella (2009), diz que a pesquisa exploratória tem como finalidade ampliar o conhecimento a respeito de um determinado assunto, e o seu planejamento é bastante flexível, onde há uma exploração da realidade buscando-se maior conhecimento sobre o assunto a ser pesquisado.

A pesquisa foi elaborada com base nas informações de outros autores que versaram sobre o tema “Redes Públicas de Cooperação” o que possibilitou a realização do trabalho. A busca por projetos de redes públicas foram selecionado através de pesquisas em sites da Prefeitura do município de Campo Mourão, Cooperativas.

O levantamento das informações sobre as redes levou em consideração os tipos de redes, Redes públicas de cooperação no campo movimentos sociais, Redes públicas de cooperação no campo Estado/políticas Públicas, Redes Públicas de cooperação no campo produção/ circulação, com levantamentos dos aspectos dos atores envolvidos, e finalidade da rede, conforme veremos na seqüência do trabalho.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Descrever as redes de Cooperação

As redes públicas de cooperação, conforme Malmegrin (2010, p. 17), são demonstradas de três formas, sendo Redes Públicas de Cooperação do Campo Movimentos Sociais, Redes Públicas de Cooperação do Campo Estado/Políticas Públicas, Redes Públicas de Cooperação do Campo Produção/Circulação.

As Redes públicas de cooperação local do campo movimentos social apresentam algumas características, têm como atores envolvidos as ONGs, organizações populares, grupos, atores políticos, associações de profissionais, sindicatos, etc. Possuem uma relação de informalidade/pouca formalidade, e busca a mobilização e intercambio de recursos, tendo como princípios e valores a solidariedade/cooperação/conflitos equacionados, as interações são horizontais, o ambiente de mudanças e/flutuações, possui engajamento voluntário e racionalidade comunicativa/instrumental.

As Redes públicas de cooperação Local do Campo Estado/políticas públicas, tem como características, atores envolvidos são agentes governamentais, governos locais e outros, a relações são de formalidade/informalidade, o foco de atuação são os problemas, ações, projetos concretos e gestão de processos complexos, são baseados no princípios de cooperação/reconhecimentos de competência, respeito mútuo, e conflitos equacionados, interagem com centro animador, operador catalisador, possui hierarquia/não hierarquia, efêmero, grupo definido, adesão por competência/interesse, racionalidade instrumental/comunicativa.

As Redes públicas de cooperação local do campo produção e circulação, os atores são agentes econômicos, produtores, fornecedores, usuários, etc., possui relação de formalidade/informalidade, tem seu foco nos interesses e projetos precisos, seus processos são trocas, associação de recursos, intercâmbio, aprendizado, tem ainda a reciprocidade, cooperação, confiança, competição, interagem com empresa local, liderança, hierarquia, não hierarquia, ambiente flexível, longo prazo, adesão por competência, contingência, instrumental, comunicativa.

4.2 Possibilidades de Cooperação

A Gestão Pública Municipal conta com atores fora da administração pública para promover as ações de sua responsabilidade, há uma divisão de responsabilidade no sentido de levar aos cidadãos os serviços, informações, ações que mudem a sua realidade, a cooperação independe de lado, ela é uma via de mão dupla, ora as ações são partidas da administração pública ora dos setores organizados, são iniciativas que envolvem atores das mais diversas áreas e setores, são empresas, ONGs, Clubes de Serviços, Sindicatos, cidadãos comum, a interação mútua faz com as redes funcionem.

Na conjuntura atual as pessoas vivem em contradições sejam econômicas, culturais e sociais, e isso faz com que haja a divisão das classes o que exclui os cidadãos, então é necessário mudanças fortes e consistentes na gestão pública, para garantir o exercício da cidadania a todas as pessoas. Através das inovações tecnológicas, acessibilidade as informações, as parcerias que se estabelecem, vem preencher essa espaço que o poder público sozinho não consegue atingir.

As possibilidades de cooperação são infinitas, elas se estabelecem e criam as redes e vão se desenvolvendo criando mecanismos de ação, no sentido de resolver algum problema que deve ser combatido ou até mesmo para melhorar as ações já existentes, os benefícios sempre são voltados para os próprios agentes transformadores que se beneficiam dos resultados uma vez que eles também fazem parte do contexto que está sendo inseridas as mudanças.

São ações que promovem o desenvolvimento, seja no âmbito de ajudas sociais, aos mais carentes, a divulgação de informações que irá transformar o dia a dia das pessoas, a acessibilidade as informações de forma que todos tenham condições de buscar o seu próprio desenvolvimento, são redes de informações, conhecimentos, solidariedade.

As redes públicas de cooperação se formam através da boa vontade de pessoas que querem mudanças e estão dispostas a doar parte do seu tempo para o bem comum, e também demonstram interesse pelo crescimento de todos, o que conseqüentemente promove o desenvolvimento dos municípios.

Vemos hoje em todo o Brasil e no mundo, inúmeras ações que tem iniciativas dos diversos setores organizados da sociedade e em parceria com a Gestão Pública promovem trabalhos de conscientização, levam serviços básicos as comunidades mais carentes, serviços jurídicos, médicos, regularização de documentos, informações, enfim são ações que acontecem porque existe a cooperação e com isso surgem as redes de cooperação.

4.3 Projetos de Cooperação

As redes se formam em todos os lugares, como veremos a seguir os projetos desenvolvidos tem sempre a finalidade de proporcionar aos cidadãos e a comunidade como um todo, benefícios e serviços que vão melhorar a vida de cada um e também a viabilidade de novas ações que vão se consolidando para o bem estar social de todos.

A primeira rede de cooperação que será demonstrada destaca a ações de cooperação pelos funcionários de uma cooperativa que identificou no programa de qualidade denominado 5 “S”, a possibilidade de ajudar a comunidade onde a empresa atua, as informações sobre esse projeto foram obtidas informalmente, pois a empresa não tem o objetivo de divulgar as ações na mídia, elas são apenas divulgadas internamente, e em alguns casos em jornais da cidade como a campanha de conscientização de Combate a Dengue, conforme veremos na seqüência.

Com base nos dados obtidos de forma verbal junto à Cooperativa Agroindustrial Coamo Ltda, através do Sr. Ricardo Baia, a empresa desenvolve junto ao seu quadro de funcionários o programa de qualidade denominado “5S”, e com objetivo de promover entre seus funcionários também a consciência de ajuda ao próximo, a empresa incorporou ao programa mais um “S”, que é o sexto “S” do Social, e envolve os funcionários em todas as unidades, para por em prática o “S” do social, os funcionários desenvolvem atividades interna, e reverte o resultado das ações para alguma entidade beneficente da cidade, são realizadas também atividades em parcerias com setores públicos, onde os funcionários colocam em prática o sexto “S”, um dos trabalhos desenvolvido foi à atuação com a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Mourão, na campanha de combate a Dengue, realizam também entre seus colaboradores a arrecadação de alimentos e brinquedos para entidades assistenciais, como o Lar Dona Jacira, Casa de apoio aos doentes de câncer, entre outras atividades sempre com cunho social.

Os atores desse projeto são os funcionários da Cooperativa, seus familiares, entidades assistenciais de Campo Mourão, órgãos municipais, como escolas, Secretaria Saúde, creches, etc.

Essa rede que se formou com a idealização do sexto “S” na Cooperativa, possibilita o crescimento dos seus funcionários que trabalham o lado humano e fortalece os laços entre a comunidade e a cooperativa, demonstrando a preocupação de todos com o bem estar da comunidade.

A segunda rede que será demonstrada destaca o Consórcio intermunicipal de Saúde da Comcam – Cis-Comcam, que é a parceria entre os 25 municípios que compõem a micro

região doze, para atender a população na área de saúde, atualmente entidade é presidida pelo Prefeito do Município de Peabiru Sr. João Carlos Klein, os municípios consorciados são: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiopolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantú, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre do Oeste, Roncador, Terra Boa, Ubitatã.

O estabelecimento dos consórcios intermunicipais de saúde é uma das maneiras de possibilitar o acesso a saúde dos cidadãos que por motivos econômicos, sociais, culturais não tem acesso facilitado ao sistema de saúde privado, e a gestão pública municipal tem encontrado nesses consórcios maneiras de atender a sua população.

O CIS-COMCAM, que congrega 25 municípios na região noroeste do estado do Paraná foi criado em 27 de Outubro de 1992, totalizando uma população superior a 300 mil habitantes. Nasceu de uma necessidade dos Municípios que integram a COMCAM em prestar serviços de qualidade e diversidade em saúde à população menos favorecida.

Os Consórcios, conquanto a sua natureza jurídica de direito privado, seguem em sua linha de atuação, além de Legislação Federal e Estadual, aos princípios estabelecidos para os prestadores de serviços públicos, especialmente aos do Sistema Único de Saúde, o que garante a transparência de seus atos ao exercício da cidadania à todas as pessoas.

O Cis-Comcam oferece serviços próprios de Ultra-Sonografia, Eletroencefalograma, Laboratório e Eletrocardiograma. Terceiriza exames e procedimentos de auxílio diagnóstico em 26 especialidades. Presta assistência médica ambulatorial de segunda linha. O consórcio oferece aos seus usuários os serviços médicos dentre 26 especialidades, além de serviços em: Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo Facial, Orteses e Próteses, entre outros serviços. Atende em média 600 pacientes por dia, totalizando 10 mil consultas mensais.

Os atores dessa rede são os gestores públicos, secretários de saúde tanto na esfera municipal, quanto estadual e federal, Ministério da Saúde, os hospitais, laboratórios e a comunidade em geral.

A terceira rede que será demonstrada tem como foco o desenvolvimento da agricultura familiar, trata-se do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que foi criado no ano de 1996 através do Decreto nº. 1.946 de 28/06/96, o Pronaf é a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros, é considerada uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas. De acordo com Denardi (2001, p. 58) “[...] o Pronaf tem permitido a

massificação ou socialização do acesso ao crédito de custeio para considerável número de agricultores familiares”.

Essa rede se estende por todo o país, que busca fixar as famílias em suas propriedades, evitando assim o êxodo rural, o fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda, é planejado para ser implantado de forma descentralizada, tendo como elementos de execução os agricultores familiares e suas organizações.

O Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias, turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e prestação de serviços no meio rural, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, diz que o Brasil vive um ciclo de crescimento econômico e social marcado pela distribuição de renda e inclusão social. Com a abertura econômica a parti da década de 1990 e a grande variedade de produtos, teve como um dos pilares a agricultura familiar, que impulsiona o desenvolvimento sustentável no meio rural. Fundamental para a segurança alimentar e a economia do País, a agricultura familiar produz 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e responde por mais de 74% do pessoal ocupado no campo, conforme Ministério de Desenvolvimento Agrário, o que possibilita o acesso de muitas pessoas a uma alimentação saudável, através de programas que incluem na alimentação das escolas, creches, entre outros o fornecimento direto de produtos dessas propriedades administradas pelas famílias.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 aperfeiçoou as políticas públicas implantadas, buscando atender a três objetivos: aumento da produção de alimentos, geração de renda no campo e organização econômica dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, na sua totalidade são mais de 4,3 milhões de unidades produtivas.

As características do Brasil como um país agrícola, vêm desde seu descobrimento, esse perfil demonstra que a base para o desenvolvimento se configura na família, que em sua pequena propriedade produz alimentos e produtos para sua subsistência, fortalecendo as pequenas áreas rurais. As ações desenvolvidas pelo Pronaf envolvem negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, financiamento de infra-estrutura e serviços públicos nos municípios, financiamento da produção da agricultura familiar (por meio de linhas de crédito rural) e profissionalização dos agricultores familiares. O Plano estende-se aos agricultores de todo o país.

Conforme estudo realizado pela Comissão Econômica para America Latina e Caribe (CEPAL), o PRONAF tem por objetivo proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda e da qualidade de vida dos

agricultores familiares. É um dos principais suportes de assistência técnica e de difusão tecnológica para o setor agropecuário. (CEPAL, 2003).

Com a criação do Pronaf, o cenário que antes era de domínio dos grandes produtores rurais, e acabavam por discriminar os pequenos produtores que tinham dificuldades de acesso a linhas de crédito e aquisições de insumos para o fortalecimento de sua propriedade e geração de renda, passou a contar com um programa que incentiva a permanência dessas famílias de pequenos produtores em suas terras e lhes dão acesso às linhas de crédito e promovem a ampliação da renda e conseqüentemente a socialização de todos com geração de riquezas.

O Pronaf impulsionou a agricultura familiar, e vem desenhando um novo cenário no meio rural. Hoje as pequenas propriedades rurais têm industrializado sua produção ofertando grande variedade de produtos e disponibilizando-os as comunidades locais. Desta forma, observa-se que o pequeno produtor rural tem conseguido agregar valor ao negócio da família.

A rede que se formou com a agricultura familiar por meio das ações praticadas pelo governo e das políticas públicas adotadas, possibilitou a fixação dos pequenos produtores em suas terras, reduzindo a migração dessas famílias para as cidades.

Evidencia-se, assim, a importância da gestão pública, pois são através de políticas de incentivo ao setor agrícola, que as ações são conduzidas de forma justa e sem privilegiar grupos, dando condição de igualdade as famílias, que sem a intervenção do poder público ficariam marginalizadas e excluídas.

Os atores dessa rede são gestores públicos, instituições de crédito, produtores rurais, sindicatos, ONGs, órgãos ligados a agricultura, etc.

Vamos apresentar a Casa de Oswaldo Cruz que foi criada em 1985 e tornou-se uma das unidades técnico-científicas da Fiocruz em 1986, com a finalidade de disseminar o conceito de patrimônio histórico e cultural e de iniciativas visando sua preservação, a idéia foi fazer da Casa de Oswaldo Cruz protagonista de ações que tinham por objetivo desenvolver pesquisa histórica sobre a área da saúde e das ciências da vida, utilizando a metodologia e a expertise de profissionais das ciências humanas; organizar e preservar acervos documentais; restaurar e preservar o conjunto de prédios tombados pelo Iphan: o Castelo da Fiocruz, o Prédio do Relógio, a Cavalaria, o Pombal e o Hospital Evandro Chagas.

A Casa de Oswaldo Cruz participa de diversas redes de cooperação compartilhando informação e realizando projetos com parceiros nacionais e internacionais, abaixo destacamos algumas dessas redes que participam:

Rede Brasil – Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde: Essa rede reúne instituições e pesquisadores com o objetivo de realizar um levantamento do patrimônio arquitetônico-histórico de hospitais e outras instituições de assistência médica, assim como dos institutos de pesquisa científica criados no início do século 20.

Rede Biblioteca Virtual em Saúde História e Patrimônio Cultural da Saúde: Essa rede formada por 16 países da América Latina e Caribe, ela é um mecanismo de promoção e realização da cooperação técnica entre as instituições participantes com foco na gestão da informação. A rede se define como uma instância de convergência para a promoção, organização e realização da cooperação técnica entre as instituições relacionadas com a história e o patrimônio cultural da saúde.

Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (Observatório História e Saúde): É uma iniciativa do Ministério da Saúde, em conjunto com o Programa de Cooperação Técnica da Representação da Opa/OMS no Brasil. Tendo como objetivo produzir estudos e pesquisas, propiciando amplo acesso a informações e análises sobre a área do trabalho e da educação na saúde no país, facilitando a melhor formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e projetos dessa área.

REM: A Rede de Educadores em Museus (REM) tem como propósito promover encontros sistemáticos entre educadores de museus e outras instituições afins, de modo a compartilhar idéias, refletir sobre a práxis profissional e formar um grupo de estudos na área da educação em museus.

Rede Hispalc: A Rede de História da Saúde Pública na América Latina e Caribe (Hispalc) é uma iniciativa de um grupo de pesquisadores que estuda a história social da saúde pública, da medicina, das ciências, das profissões sanitárias, da medicina popular e da doença em diversos países da América Latina e Caribe.

Como vimos a Casa de Oswaldo Cruz, é uma rede que congrega inúmeras redes conforme descritos acima.

Outras formas de redes são descritas a seguir:

O Governo federal lançou o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, para promover o desenvolvimento em todos os cantos do País, e com isso formou-se diversas parcerias para que as ações fossem postas em práticas, com isso formou-se as redes em todo país, dentre as diversas áreas de atuação do PAC, destacamos o PAC Cidade Melhor e PAC Água e Luz para todos.

PAC Cidade Melhor, o governo federal investe em um grupo de obras fundamentais para levar direitos sociais básicos à população urbana. O projeto visa ações de infraestrutura

como saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação. As obras são realizadas em parceria entre estados e municípios. O governo federal disponibiliza recursos, enquanto os demais entes federados apresentam projetos, fazem licitações e executam as obras.

Além da preocupação com saneamento, o PAC Cidade Melhor também realiza ações para Prevenção em Áreas de Risco, com objetivo de proteger a população de problemas como deslizamentos, enchentes e inundações.

O PAC água e luz para todos, vem atender a um direito básico de todos os cidadãos, para que tenham acesso a esses serviços o programa investe em adutoras, estações de tratamento, reservatórios, entre outras obras que aumentam a produção e a cobertura de água, melhoram a regularidade na distribuição e reduzem perdas no armazenamento e transporte da água. O acesso à energia elétrica é outro foco do programa. O programa já fez 132 mil ligações nos primeiros meses de 2011. As obras são realizadas em parceria com estados e municípios. O governo federal disponibiliza recursos e os demais entes federados apresentam projetos, fazem licitações e executam os empreendimentos.

As redes públicas de cooperação que foram demonstradas mostram como as diversas formas de cooperação que pode existir entre a gestão pública municipal e os diversos setores organizados da sociedade, podem promover mudanças, melhorar a qualidade de vida das pessoas, são benefícios que podem ser identificado em todas as redes que tem sido uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento.

Os estabelecimentos dessas parcerias promovem o desenvolvimento local e regional, e conseqüentemente todos os envolvidos se beneficiam dos resultados, as redes tem sido aliada em todos os locais, mesmo enfrentando algumas dificuldades, mas como todo planejamento obstáculos existe e deve ser transpostos para que se alcancem os objetivos, assim também é com as redes públicas de cooperação.

As informações que cada secretaria municipal possui juntamente com parcerias de empresas, levantamentos realizados e dados estatísticos, organizadas e disponibilizadas aos cidadãos, possibilitam a elaboração de projetos e ações que vão promover o desenvolvimento das cidades e regiões inteiras, as redes públicas atuam no mais variados programas sociais, econômicos, culturais e ambientais que só funcionam de fato com a participação dos cidadãos, participação essa que se dá essencialmente no plano das políticas locais, onde as pessoas se conhecem umas às outras, onde podem avaliar os recursos socialmente disponíveis, podem se articular em reuniões de bairro e assim por diante.

4.4 Discutir as Redes Públicas de Cooperação

As redes vão se formando e criando novas redes, discutir as redes públicas de cooperação é promover a divulgação de ações concretas que tem seu foco para o bem estar da sociedade, muitos são os campos de atuação das redes, seja ambiental, saúde, educação, ajuda aos mais necessitados, enfim, as redes estão presentes em todos os setores da sociedade, as parcerias que se forma entre empresas privadas, setores organizados da sociedade, gestão pública municipal, enfim são elos que se formam e dificilmente são rompidos, pois formam um circulo virtuoso e cada ação novas ações acontecem e se multiplicam.

Nos projetos de cooperação descritos no item anterior, temos uma pequena visão de como a atuação das redes interagem com o meio onde estão inseridas, as ações desenvolvidas por elas são constantes, sejam por períodos específicos, sejam no dia-a-dia, as ações dos funcionários da cooperativa leva a ajuda que muitas famílias carentes, através da arrecadação de alimentos, roupas, brinquedos, enfim é ações que promovem o bem estar, além de ações que divulgam de informações que ajudam a preservar as saúde, a conscientizar as pessoas nos seus atos.

Temos na área de saúde, campanhas, alertas, ações que promovem a informação necessária para as pessoas se cuidarem e evitar doenças, contágios, ações que o poder público sozinho teria dificuldade de atingir ao maior número de pessoas, mas encontra nas redes de cooperação a ligação com toda a comunidade e facilita o desenvolvimento de trabalhos em todos os lugares.

Discutir as redes é mostrar que quando se trabalha as parcerias, quando se busca aliar a outras pessoas ou setores, a soma das forças pode atingir o objetivo com maior facilidade, a gestão publica tem encontrado nas redes as ferramentas para promover o desenvolvimento de suas comunidades e trazer os cidadãos para atuar junto com gestor público.

As formas de redes de cooperação analisadas demonstram o envolvimento dos setores organizados da sociedade e a gestão pública municipal, que buscam através das políticas públicas de cooperação e proteção social, reduzirem as diferenças sociais, e evitar a exclusão social dos indivíduos, com a formação das redes públicas de cooperação aliadas as políticas públicas, os gestores públicos e demais atores das redes conseguem por em práticas os objetivos estabelecidos pelos gestores na condução do seu plano de governo, e também a promoção de ações que passam a ser contínua no atendimento a população, o que vem modificando a realidade de muitas regiões no país.

As redes públicas de cooperação não é a solução de todos os problemas, pois dentro das próprias redes também existem problemas que se não forem administrados com cautela podem acabar com a rede e todos os sonhos que a fizerem nascer, independente do tipo de rede, elas são movidas pelos atores, e pelo problema que a fez surgir, mesmo após a solução do problema as redes continuam, pois devem continuar seu trabalho de manutenção para evitar que o problema volte.

A manutenção das redes públicas não é nada fácil no dia-a-dia das mesmas, as dificuldades são desde a incompatibilidade de alguns atores, até mesmo pelo fato de em determinadas situações a comunidade não apoiar os trabalhos desenvolvidos pelas redes locais, a motivação é um fator que pode influenciar no desenvolvimento das ações das redes, os motivos que levam uma pessoa a participar de uma rede, pode mudar com tempo e fazer com que ela se afaste das atividades.

Algumas redes têm suas atividades desenvolvidas por voluntários, e isso é um fator que pode com tempo comprometer a continuidade da mesma, e também existem os problemas de que o próprio gestor pode não se envolver com as atividades, o que desmobiliza todo o núcleo, e as redes podem nem vir a ser criadas, até mesmo o fato de que algumas parceiras com outras podem não ocorrer por incompatibilidade e atrapalha o andamento das atividades, como são compostas por pessoas de várias classes sociais, e níveis econômicos, ocorrem rompimentos entre os membros e influencia de forma negativa as redes.

As dificuldades são constantes nas redes, as ações são desenvolvidas e em alguns casos podem ter interesses pessoais, ocultos nessas ações, e levam com a passar do tempo a criação de redes que agem em benefício próprio, as questões de controle social, que podem fazer com gestores e atores envolvidos, manipulem os resultados alcançados para que tenham a seu favor benefícios, enquanto efetivamente as ações não estão chegando as comunidades e nem alcançando os objetivos propostos.

Para Teixeira (2002), a gestão das redes públicas, está longe de ser algo completo e que funcionem perfeitamente, muitos são os desafios, o tem implicado em projetos inacabados, fracasso de projetos, mesmo com todo o envolvimento dos atores, e das boas intenções dos mesmos, as redes públicas são alternativas para o gestor, poder realizar ações que melhore a qualidade de vida das pessoas, mas não é a saída milagrosa que resolve tudo, por isso tem que ser muito bem monitorada e estar sempre inovando.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes públicas de cooperação local é uma ferramenta que deve ser utilizada pelos gestores públicos como aliada ao desenvolvimento, a gestão pública municipal necessita dessas parcerias para poder estar cada vez mais próxima dos seus cidadãos, não significa que o Poder Público esteja transferindo responsabilidade para as redes, que são formadas por setores organizados da sociedade, ONGs, Associações, Clubes de Serviços, etc., mas sim está sendo estabelecida uma rede de cooperação onde se busca soluções para problemas que aflige a toda sociedade e a promoção de ações para a melhoria continua na qualidade de vida e bem estar de todos.

As parcerias que se formam através das redes públicas, levam informação, presta serviços, auxilia na execução de atividades, promove à inclusão das classes menos favorecidas, a cooperação mútua que se verificou nas redes, propiciou ao cidadão conhecer a gestão pública, e mostrou que cada indivíduo pode e deve se envolver na solução de problemas de sua comunidade, e mesmo de pessoas e regiões que não está próximo dele.

A gestão pública municipal tem papel muito importante para o desenvolvimento das regiões e a visão dos gestores contribui para isso, as ferramentas e normativas que são disponibilizadas pelas políticas públicas, tem como objetivo o desenvolvimento, muitos gestores acabam por reter essas ferramentas e informações o que impede o acesso e formação de redes que podem contribuir para esse crescimento. O gestor público deve estar sempre atualizado e conhecer as necessidades dos cidadãos, e quando um gestor com perfil empreendedor e aberto as mudanças, as possibilidades de interação aumenta e possibilita a disseminação das redes públicas de cooperação.

As cidades e regiões inteiras só crescem quando descobrem nas parcerias estabelecidas que formem as redes públicas de cooperação, através dos consórcios que hoje atuam em diversas áreas, como saúde, habitação, educação, etc., e também com ONGs, associações, sindicatos, etc., os atores são variados, mas todos têm como foco o bem estar, são cidadãos que em parceria com a gestão pública municipal, conseguem fazer com que as mudanças sejam impactantes, transformando cidades, regiões, e a vida de muitas pessoas.

As desigualdades sociais afasta os cidadãos, não permitindo que eles tenham uma vida digna, são privados de coisas básicas para a vida humana, é função da gestão pública, promover o acesso de todos, para que tenham condições dignas de sobrevivência, porém

sozinho a gestão pública municipal não teria condições de fazer todo esse processo de transformação, surge então as redes de cooperação que em parcerias com poder público, veio preencher uma lacuna que existia, e o que vemos hoje são realidades transformadas pela ação das redes públicas de cooperação.

As políticas públicas têm estado presente também nas redes de cooperação, os atores políticos desenvolvem também ações projetos de leis, que vão de encontro com as ações desenvolvidas pelas redes públicas, muitas são elas, temos políticas públicas para habitação, para a agricultura, saúde, enfim, as políticas públicas têm contribuído para que as mudanças aconteçam, pois através de leis e ações dos atores políticos, os cidadãos conseguem ser inseridos e podem fazer a diferença.

Muitos são os projetos, muitos são os problemas, e para se ter a solução desses problemas, deve-se existir as parcerias, que formam as redes, a agricultura tem sido uma das redes que são atendidas pelas políticas públicas no setor agrícola, seja com linhas de créditos, apoio técnico, etc.

A área de saúde tem sido foco constante na mídia, e vemos os atores políticos promovendo ações e elaborando projetos para que as políticas públicas contemplem esse setor tão necessitado, e as parcerias que se formam, entre municípios, e demais redes do setor organizado da sociedade, promovem as transformações, e também o governo, tem o controle sob as questões que envolvem, pois são através das informações registradas pelas redes e setores, as políticas públicas podem ser implementadas.

Com base nos estudos realizados constata-se que não existe uma transferência de responsabilidades da gestão pública municipal para os setores organizados da sociedade e iniciativa privada, mas sim o que ocorre é o estabelecimento de uma parceria, cooperação, entre a gestão pública municipal e os setores organizados da sociedade, com objetivo de estar cada vez mais perto dos cidadãos e promover o acesso responsável aos serviços e ações que melhore a vida de todos.

A área social é a que mais tem sido alvo das redes, promovendo o bem estar de todos, e possibilitando que mais pessoas tenham acesso, a saúde, educação, habitação, e principalmente ao trabalho, que gera renda e faz com que as pessoas possam caminhar com as próprias pernas, com as informações filtradas, é possível melhorar no atendimento e elaboração dos projetos.

As redes estão cada vez mais intensas e complexas com passar do tempo, as parcerias são realizadas entre redes que estão a quilômetros de distâncias, tudo graças a tecnologia que permite a disseminação das redes, numa rede ainda maior, a rede mundial de computadores, que leva cada um de um ponto a outro do planeta e torna a acessibilidade das informações que permite conhecer a realidade de regiões semelhantes a nossa, e a troca de experiências.

Conclui-se que a cooperação que se inicia com a formação das redes tem contribuído para promover o desenvolvimento, mudanças que geram o bem-estar, criam divisas, geram renda, promove o acesso a novas tecnologias, informação, as redes têm levado serviços, orientações, é uma ligação que se forma em todos os níveis e setores, vivemos num mundo formado por redes, todas interligadas, e desempenhando seu papel como gestora de projetos, idéias, disseminadoras na promoção das mudanças e do desenvolvimento local.

As políticas públicas tem promovido o desenvolvimento das regiões em todo o país, são ações que vem de encontro as especificidades de cada região, sejam na campo da agricultura familiar, que desenvolve o campo e evita o êxodo rural, dando condições de subsistências as famílias e conseqüentemente gerando riquezas para cidades, bem como políticas públicas nas áreas da saúde, como SUS, na área de habitação, que possibilita o acesso de muitas pessoas a ter sua casa própria, enfim as ações promovidas pelas políticas públicas permitido que os atores que participam das redes juntamente com os gestores públicas possam realizar os projetos de desenvolvimento que tem nas redes públicas instrumentos de transformação.

Como sugestão para enriquecer o trabalho, a criação de uma Rede de Gestão Local, que contemple todas as redes existentes no município de Campo Mourão – Paraná, de forma a administrar as informações e possibilitar melhor acesso de todas as essas redes, seria uma central onde todas as redes estariam cadastradas, e possibilitaria que novos voluntários pudessem ter o acesso facilitado a elas, e também o direcionamento de recursos para as áreas seriam mais ágeis, com informações atualizadas e precisas, os gestores conseguem agilizar os processos de liberação de verbas, estabelecerem parceiras com pessoal, estrutura física, etc. além de manter um controle mais eficaz de como estão sendo geridos os recursos e de que forma as ações estão contribuindo para o desenvolvimento e ajuda social aos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge. MARQUES, Maria José. SAUR, Irina. **O papel das redes de cooperação na promoção da inovação e na modernização de clusters: o caso do projecto “Casa do Futuro”**. Disponível em www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER06/portugues/art02.pdf.>. Acessado em 28 out 2011.

CARDOSO, Vinicius Carvalho; ALVAREZ, Roberto dos Reis; CAULLIRAUX, Heitor Mansur. **Gestão de competências em redes de organizações: discussões teóricas e metodológicas acerca da problemática envolvida em projetos de implantação**. Disponível em <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:SxzfNkoNeAJ:biblioteca.gpi.ufrj.br/xmlui/bitstream/handle/1/59/Cardoso,%2520Alvarez,%2520Caulliriaux%2520%2520Gestao%2520de%2520Competencias%2520em%2520Redes%2520de%2520Organizacoes%2520%2520XXVI%2520ENANPAD%2520%25202002.pdf%3Fsequence%3D1+gest%C3%A3o+de+competencias+em+redes+de+organiza%C3%A7%C3%A3o&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShK6vjyqxCfXqdZosS8ISSIeVeexTzV_RcK08qc1-aonDO_x5nhEBgUegyNxGn29UP-cx4smcNL7YCVp3508V055YLkwrzLDjSDL9Uzzc7xBnopRZi6Daw99oNGk0QTbuOoZvy&sig=AHIEtbQGFDfKPvNkM30ph05pYKkCjMgJEg>. Acessado em 28 out 2011.

CEPAL. **Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas**. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/DFID, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas**. São Paulo. Ed. Atlas. 1998.

DENARDI, Reni Antonio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Disponível em <<http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/agricultura%20familiar.pdf>>. Acessado em 04 out 2011.

GADOTTI, Moacir. **Os fóruns e os movimentos organizados da sociedade civil**. Disponível em <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2004/04/02/519716/os-foruns-e-os-movimentos-organizados-da-sociedade-civil.html>>. Acessado em 24 out 2011

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo. Atlas, 2010.

KANAANE, Roberto. FILHO, Alécio Fiel. FERREIRA, Maria das Graças. **Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo. Ed. Atlas. 2010.

LEITE, Leonardo de Oliveira. REZENDE, Denis Alcides. **Modelo de gestão municipal baseado na utilização estratégica de recursos da tecnologia da informação para a gestão governamental: formatação do modelo e avaliação em um município**. Rio de Janeiro: Revista da Administração Pública, 2010.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes públicas de cooperação local**. Florianópolis. CAPES. UAB. 2010.

MARTINS, Afonso Carvalho. MAGALHÃES, Iliana Maria Michel. **Mudar ou mudar: coragem e decisão**. Curitiba. 1999.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/plano-safra/>>. Acessado em 13 set 2011.

MOURA, Suzana. **A construção de redes públicas na gestão local: algumas tendências recentes**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141565551998000100005&script=sci_arttext>. Acessado em 21 out 2011.

SALDANHA, Clezio. **Introdução à gestão pública**. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 2066.

SOUZA, Celina. **Governos locais e gestão de políticas sociais universais**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000200004&script=sci_arttext>. Acessado em 24 out 2011.

SPERS, Valéria Rueda Elias. **Tópicos gerenciais contemporâneos**. Curitiba. IESDE. 2009.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **O desafio da gestão das redes de políticas**. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

TENORIO, Fernando G.. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. Org., 11 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida. **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. 2. Ed., Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília. CAPES. UAB, 2009.

Planalto. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/COMUNII.HTM>. Acessado em 22 out 2011.

Rede Amigos da Amazônia, disponível em <<http://www.raa.org.br/index.php>>. Acessado em 27 out 2011.

CIS-COMCAM, <http://www.ciscomcam.com.br/empresa.php>

Site da Casa de Oswaldo Cruz: <http://www.coc.fiocruz.br/institucional/>

Site Portal da Transparência: <http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/>

Site PAC: <http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/conheca-o-pac>